

desta Direcção-Geral, com efeitos desde 7 de Março de 2008, tendo sido cumpridos os procedimentos de selecção para o recrutamento de titulares de cargo de direcção intermédia, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

16 de Abril de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

ANEXO

Nota curricular académica e profissional

Dados pessoais:

Natércia Silva Fortunato.
Estado civil — solteira.
Data de nascimento — 10 de Outubro de 1963.
Profissão — funcionária pública.

Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito, 1995, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
Pós-graduação em Ciências Políticas e Internacionais, 2000, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
Pós-graduação de Actualização em Legística e Ciência da Legislação, 2007, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
Curso de formação inicial de Mediadores em Contexto Penal, 2007, Universidade Católica Portuguesa e Associação Portuguesa de Apoio à Vitima.

Habilitações profissionais:

Estágio para técnica superior de 2.ª classe, Procuradoria-Geral da República, 1998;
Curso de Alta Direcção em Administração Pública (CADAP) — INA, 2006;
5.º Congresso Nacional da Administração Pública — INA, 2007.

Experiência profissional:

1991 — estágio para ingresso na carreira oficial de justiça;
1992 — escriturária judicial, em regime eventual, nos Juízos Criminais de Lisboa e no Tribunal Judicial da Comarca de Vila Franca de Xira;
1993 — técnica de justiça auxiliar na 7.ª Secção do DIAP de Lisboa;
1997 — estágio para ingresso na carreira técnica superior;
1998 — técnica superior na Divisão de Apoio Jurídico e Cooperação Judiciária da Procuradoria-Geral da República;
2006 — coordenadora da Unidade Funcional de Convenções Internacionais do Instituto de Reinserção Social;
2006 — chefe da Divisão de Apoio Jurídico, Auditoria e Inspeção, em regime de substituição, do Instituto de Reinserção Social;
2007 — chefe da Divisão Jurídica e Auditoria, em regime de substituição, da Direcção-Geral de Reinserção Social.

Comunicações:

Curso especializado — Direito da Família e das Crianças, palestra sob o tema «O direito convencional — a autoridade central», Centro de Estudos Judiciários, 2 de Março de 2007.

Despacho (extracto) n.º 11745/2008

Por meu despacho de 2008.03.07.

Lic. Paulo Jorge António Barreto, inspector de finanças principal do quadro da Inspeção-Geral de Finanças — nomeado, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável, por iguais períodos, Director de Serviços Financeiros e do Património, dos Serviços Centrais desta Direcção-Geral, com efeitos a 07.03.2008, tendo sido cumpridos os procedimentos de selecção para o recrutamento de titulares de cargo de direcção intermédia, ao abrigo do disposto no artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

16 de Abril de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

ANEXO

Nota Curricular académica e profissional

Dados pessoais:

Paulo Jorge António Barreto
Estado Civil — Solteiro
Data de nascimento — 10 de Setembro de 1969.

Profissão — Funcionário Público

Habilitações literárias:

Licenciado em Economia (1993) pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa e pós-graduado em Gestão de Instituições e Operações Financeiras (1995) pelo Instituto Superior de Gestão.

Habilitações profissionais:

Iniciou funções na Administração Pública em 20 de Março de 1996, na Inspeção-Geral de Finanças — carreira de inspecção de alto nível, detendo actualmente a categoria de inspector de finanças principal desde Dezembro de 2000.

De 1 de Julho de 2006 até ao presente — Chefe da Divisão de Gestão Financeira, em regime de substituição, do extinto Instituto de Reinserção Social, actual Direcção-Geral de Reinserção Social (DGRS).

De 20 de Março de 1996 a 30 de Junho de 2006 — Inspector de Finanças Principal do quadro da Inspeção-Geral de Finanças, tendo desenvolvido a sua actividade na área do Controlo da Gestão Pública, realizando trabalhos de diversa tipologia em organismos públicos, visando o controlo nos domínios orçamental, económico, financeiro e patrimonial, de acordo com os princípios da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira.

De 1 de Outubro de 1995 e 19 de Março de 1996 — Técnico Superior na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, tendo como funções essenciais, designadamente, a elaboração dos orçamentos das suas Delegações e a definição da estratégia de preços da sua Direcção Comercial.

De 1 de Setembro de 1993 a 1 de Setembro de 1994 — Consultor-assistente na área de sistemas de informação em empresa multinacional do sector.

De 1 de Setembro de 1992 a 30 Abril de 1993 — Estagiário no Banco Português de Investimento (BPI). O estágio foi desenvolvido na área comercial e teve como principal vertente a análise de crédito a pequenas e médias empresas.

Despacho (extracto) n.º 11746/2008

Por meu despacho de 2008.03.07.

Lic. Carla Margarida Simão Matos Costa, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros — nomeada, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável, por iguais períodos, Chefe da Divisão de Gestão Financeira, dos Serviços Centrais desta Direcção-Geral, com efeitos a 17.03.2008, tendo sido cumpridos os procedimentos de selecção para o recrutamento de titulares de cargo de direcção intermédia, ao abrigo do disposto no artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

16 de Abril de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

ANEXO

Nota Curricular académica e profissional

Dados pessoais:

Carla Margarida Simão Matos da Costa
Estado Civil — Solteira
Data de nascimento — 19 de Junho de 1971.
Profissão — Funcionária Pública

Habilitações literárias:

Licenciada em Organização e Gestão de Empresas (1994) e pós-graduada em Marketing Internacional (1995) pela Universidade Moderna de Lisboa.

Habilitações profissionais:

Iniciou funções na Administração Pública em Maio de 1997 na Divisão de Gestão Financeira e Orçamental dos serviços centrais da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais como Assessora Técnica Especializada. Actualmente pertence ao quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros com a categoria de Técnica Superior de 1.ª classe.

De Dezembro de 1999 a Janeiro de 2001 exerceu funções de Assistente Administrativa na Secção de Contabilidade do Estabelecimento Prisional de Caxias.

De Fevereiro de 2001 a Fevereiro de 2005 exerceu funções de Técnica Superior na Divisão Técnica de Obras e Avaliações, na Divisão de Coordenação e Aquisições, na Divisão de Administração Patrimonial e na Direcção de Serviços de Gestão dos Veículos do Estado da ex-Direcção-Geral do Património.

De Março de 2005 a Março de 2008 exerceu funções de Técnica Superior na Direcção de Serviços Financeiros e Contabilidade da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Como principais funções destacam-se a elaboração de propostas e projecções orçamentais dos Gabinetes Ministeriais e serviços integrados na PCM, elaboração

de relatórios e outros trabalhos técnicos de apoio à decisão, análises estatísticas relativas a prazos médios de pagamento e gestão de alterações orçamentais dos orçamentos de funcionamento.

Entre Julho de 1995 e Março de 1997 exerceu funções no sector privado de Assistente da Direcção de Marketing do Grupo Gula, de Auditora júnior no Grupo Psicoforma para a área da Qualidade/certificação no âmbito das EN NP ISO 9000 e estagiou na divisão de Marketing e Planeamento Estratégico do Banco Santander na área de Meios de Pagamento Electrónico.

Despacho (extracto) n.º 11747/2008

Por meu despacho de 2008.03.07.

Lic. Maria José Vaz Fidalgo, assessora do quadro de pessoal do ex-Instituto dos Arquivos Nacionais — Torre do Tombo — nomeada, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável, por iguais períodos, Chefe da Divisão da Biblioteca e Informação, dos Serviços Centrais desta Direcção-Geral, com efeitos a 17.03.2008, tendo sido cumpridos os procedimentos de selecção para o recrutamento de titulares de cargo de direcção intermédia, ao abrigo do disposto no artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto. (Isento de fiscalização prévia do TC).

16 de Abril de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

ANEXO

Nota Curricular académica e profissional

Dados pessoais:

Maria José Vaz Fidalgo

Estado Civil — Casada

Data de nascimento — 30 de Julho de 1961.

Profissão — Funcionária Pública.

Habilitações literárias:

Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa

Curso de especialização em Ciências Documentais — variante de Arquivo pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Habilitações profissionais:

1989 — 2007

Início da Carreira profissional no ex — Instituto Português de Arquivos, na área de Gestão de Documentos;

Detentora de várias formações em arquivística nomeadamente na área de gestão de documentos em particular no domínio da avaliação e selecção de documentos, classificação e arquivos electrónicos;

Bolseira pelo Ministério da Cultura de França no estágio internacional na Direction des Archives de France no Stage Technique des Archives;

Formações na áreas de gestão de Recursos Humanos e Liderança;

Detentora do curso de Formação em Gestão Pública — FORGEP;

Vasta experiência profissional como formadora em Gestão de Documentos para os serviços da Administração Pública;

Formadora do curso de Especialização em Ciências Documentais do ISLA no módulo de Gestão de Documentos;

Orientadora de estágios em gestão de documentos para alunos dos cursos de especialização das diferentes Faculdades e dos cursos técnico — profissionais BAD;

Participação em grupos de trabalhos e comissões no âmbito da gestão de documentos, criados pela diferentes Direcções do IAN/TT;

Participação em Seminários e Congressos com comunicações no âmbito da gestão documental;

Publicação de artigos e trabalhos no domínio da avaliação e selecção documental;

Chefe de Divisão de Arquivos Intermédios do ex- IAN/TT desde 1999.

Despacho (extracto) n.º 11748/2008

Por meu despacho de 7 de Março de 2008

Licenciado Fernando Augusto Gomes da Assunção, consultor jurídico principal do quadro da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social — nomeado, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável, por iguais períodos, Director de Serviços de Recursos Humanos, dos Serviços Centrais desta Direcção-Geral, com efeitos a 07.03.2008, tendo sido cumpridos os procedimentos de selecção para o recrutamento de titulares de cargo de direcção intermédia, ao abrigo do disposto no artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

(Isento de fiscalização prévia do TC).

16 de Abril de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

ANEXO

Nota curricular académica e profissional

Dados pessoais:

Fernando Augusto Gomes Assunção

Estado civil — casado

Data de Nascimento — 17 de Setembro de 1960

Profissão — Funcionário Público

Habilitações Literárias — Licenciatura em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa (1987)

Habilitações Profissionais

Técnico superior na Direcção de Serviços de Recursos Humanos do ex-Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, de Janeiro de 1994 a Abril de 1998.

Consultor jurídico na Direcção de Serviços Jurídicos da Secretaria-Geral do ex-Ministério do Trabalho e Segurança Social, entre Maio de 1998 e Janeiro de 2000.

Director do Departamento de Recursos Humanos do ex-Instituto de Reinserção Social, de Fevereiro de 2000 a Abril de 2007.

Director de Serviços de Recursos Humanos da Direcção-Geral de Reinserção Social, em substituição, de Maio de 2007 à actualidade.

Diversa formação profissional no âmbito do regime jurídico da função pública, designadamente FORGEP, SIADAP, Concursos, Liderança e Gestão de Pessoas, Formação de Formadores, etc.

Monitorização de diversas acções de formação no âmbito do regime jurídico da função pública e participação em diversos grupos de trabalho e júri de concursos.

Despacho (extracto) n.º 11749/2008

Por meu despacho de 2008.03.07.

Lic. Fausto Paulo de Melo Bessa Gomes, inspector de finanças superior do quadro da Inspeção-Geral de Finanças — nomeado, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável, por iguais períodos, Director de Serviços de Estudos e Planeamento, dos Serviços Centrais desta Direcção-Geral, com efeitos a 07.03.2008, tendo sido cumpridos os procedimentos de selecção para o recrutamento de titulares de cargo de direcção intermédia, ao abrigo do disposto no artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

(Isento de fiscalização prévia do TC).

16 de Abril de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

Nota Curricular académica e profissional

Dados pessoais — Fausto Paulo de Melo Bessa Gomes

Estado Civil — Divorciado

Data de nascimento — 14 de Outubro de 1964.

Profissão — Funcionário Público.

Habilitações literárias — Licenciou-se, em Organização e Gestão de Empresas, em 1998, no Instituto Superior de Economia (ISE).

Habilitações profissionais:

1988 — 1989 — Efectuou um estágio em regime *on the Job* no antigo Banco de Fomento Nacional (actual Banco Português de Investimentos — BPI)

1989 — Formador convidado da “Eurequipa-Consultores de Formação e Desenvolvimento, Lda”.

1990 — 1991 — Adjunto do Director Financeiro na “COMP-TA — Equipamentos e Serviços de Informática, SA”

1991 — 1992 — Director Financeiro e Administrativo da “SPECTACOLOR PORTUGAL — Publicidade e Informática, SA”

1992 — 1993 — Director Financeiro e Administrativo da “COMNEXO — Redes de Comunicação, SA”

1993 — 2007 — Inspector de Finanças do quadro da Inspeção-Geral de Finanças

2007 — 2008 — Director de Serviços da Direcção de Serviços de Estudos e Planeamento (DSEP), da Direcção-geral de Reinserção Social (DGRS), Ministério da Justiça, responsável, nomeadamente, pelo planeamento e controlo da actividade, pela realização de estudos e programas de intervenção, análise estatística, documentação, arquivo e comunicação do organismo.

Enquanto auditor da IGF realizou auditorias em vários sectores de intervenção pública, nomeadamente na Saúde, Agricultura, Fundos Comunitários e Controlo da Despesa.